



AOS QUADROS

A CPQTC, constituída por treze sindicatos representativos de milhares de quadros técnicos e científicos, apela à participação activa na manifestação de protesto promovida pela CGTP-IN, a realizar-se em Lisboa na próxima 5ª feira, dia 10, bem como apela ao seu empenhamento na mobilização de mais colegas para a jornada de luta.

CONTRA O ROUBO DE DIREITOS, SALÁRIOS E PENSÕES, CONTRA O AUMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO SEM COMPENSAÇÃO REMUNERATÓRIA;

PELO DIREITO À CONTRATAÇÃO COLECTIVA, EM DEFESA DA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL, PELOS VALORES DE ABRIL.

Hora e Locais de concentração: 14h e 30, na rotunda do Marquês de Pombal e no Cais do Sodré, donde a manifestação seguirá para a Assembleia da República.

Muitas são as razões para os quadros técnicos irem à luta!

Sob o pretexto de uma crise económica (da qual os trabalhadores não são os responsáveis), os partidos que têm governado têm agravado progressivamente as condições de vida dos que vivem da venda do seu trabalho, mas na vigência da actual governação PSD-CDS tem sido de forma acelerada. Neste ambiente generalizado de desrespeito pelo mundo do trabalho e de vantagens para o capital, também os quadros técnicos têm perdido poder de compra e qualidade de vida; por exemplo os quadros da Administração Pública têm sofrido congelamentos de salário e cortes de salário, directamente, ou indirectamente por via de aumentos específicos na tabela de IRS. As perdas de rendimento disponível dos trabalhadores deste sector são substancialmente superiores ao que se passa com os do sector privado.

Mesmo os pensionistas, que fizeram os seus descontos de lei para a reforma, expectativa de um determinado valor, vêm agora goradas as suas legítimas expectativas, o que configura uma violência de cariz autoritário do Governo. Também aqui os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, portanto funcionários públicos, tiveram maior perda de rendimento disponível que os pensionistas do sector privado (pensionistas da Caixa Geral de Aposentações).

Acresce a decisão (unilateral, do Governo) de aumentar o número de horas de trabalho na Administração Pública, estabelecido há muitos anos, sem um correspondente aumento de salário. A medida é um expediente clássico do sistema capitalista. O trabalhador pode iludir-se, pois recebe o mesmo ao fim do mês, mas na

prática é uma forma de baixar o custo/hora de trabalho, isto é, é uma forma de desvalorizar o trabalho. É uma forma de trabalho escravo, pois não é pago e tem carácter obrigatório.

Este governo PSD-CDS perde credibilidade entre os trabalhadores, a cada dia que passa, pois a tal dívida externa (cuja necessidade de pagar justificaria os sacrifícios e a austeridade) afinal continua a crescer, mas à custa do crescimento de indigentes no país. Curiosamente, aumentou o número de ricos e a concentração da riqueza dessa casta.

Este governo é uma fraude: ofende constantemente a dignidade do trabalhador com salários humilhantes e desvaloriza o trabalho dos jovens com qualificações de nível superior, ou promove a sua emigração, e contribui para o crescimento do trabalho precário. Para o governo, estes jovens que se prepararam para criar saber e riqueza em Portugal são objectos descartáveis. Mas entretanto o governo esvazia os serviços da Administração Pública, que assim começa a responder cada vez pior às solicitações da população e a satisfazer as necessidades do país. Por exemplo, faltam médicos e enfermeiros em centros de saúde e em hospitais de várias zonas do país, designadamente no Algarve; falta pessoal nos tribunais; falta pessoal em departamentos da Segurança Social.

Mas este governo, com o aval do Presidente da República Cavaco Silva, não quer largar o poder enquanto não inverter completamente o caminho de democracia e progresso iniciado em Abril de 1974, e de satisfazer mais algumas necessidades da banca financeira e das suas clientelas partidárias.

Este governo e a maioria que o sustenta na Assembleia da República legislam à margem da Constituição da República e afrontam o Tribunal Constitucional nas suas legítimas apreciações e decisões.

Ou seja, este governo está a mais, não é compatível com o Portugal de Abril.

Lisboa, 8 de Julho de 2014